Bolsa Família e Apostas*

<u>Laura Karpuska</u> (Insper), <u>Diana Moreira</u> (University of California, Davis) e <u>Joana Naritomi</u> (London School of Economics)

"Você vai ter CPF por CPF de quem está apostando, tudo sigiloso, mas ele vai abrir essa conta. Vamos poder ter um sistema de alerta em relação às pessoas que estão revelando uma certa dependência psicológica do jogo", afirmou o Ministro da Fazenda, Haddad. A fala responde ao pedido do Presidente Lula, que quer proibir uso do Bolsa Família para apostas virtuais.

O Banco Central divulgou um perfil dos apostadores e revelou que 5 milhões de beneficiários

do Bolsa Família destinaram R\$ 3 bilhões a apostas virtuais apenas em agosto, 21% do total pago pelo governo no mesmo mês. Esses números são chocantes. Mas pensar que, por causa disso, o programa Bolsa Família deveria ser alterado é um erro.

A preocupação de Lula não é desmedida. O Progressa, que durou em seu formato similar ao Bolsa Família por 20 anos, foi encerrado no México em 2019 pela narrativa — incorreta — de ser ineficaz. Há muita evidência de que programas como o Bolsa Familia reduz a pobreza, aumenta a escolaridade entre outros efeitos positivos para a sociedade. Ainda assim, programas de transferência de renda enfrentam resistência política e a ideia de que os pobres "desperdiçam" o benefício com vícios como álcool ou cigarro - ou jogos de azar - é uma arma potente dos críticos ao programa apesar de haver evidência de que esses benefícios não aumentam esse consumo socialmente indesejando. Ou seja, as famílias gastam o mesmo com "vícios" sendo ou não parte do bolsa família.

Os dados divulgados sobre apostadores deveria ser encarado como um sintoma grave do problema de saúde pública que essa festa sem lei da indústria das apostas está gerando, já que podem tornar famílias pobres ainda mais vulneráveis. O foco, portanto, deveria ser em resolver essas mazelas, e não no Bolsa Família. Seria importante o governo regular as empresas de apostas, como se faz com a indústria de cigarro, e mitigar os efeitos colaterais de saúde pública e financeira que a população já está sofrendo.

Restringir o uso do Bolsa Família com apostas acaba sendo uma forma fácil e equivocada de remediar um problema maior. O governo cava a própria cova do programa se cada``desperdicio" descoberto -- mais facilmente rastreados com o pix-- for proibido. Além disso, monitorar CPF por CPF pode ser um caminho perigoso, onde só os gastos pessoais dos pobres estarão sendo vigiados. Muitas famílias e empresários recebem transferências e benefícios do governo, então vale refletir por que apenas o orçamento das famílias pobres está sendo monitorado e não os beneficiários do ``bolsa empresário" ou bolsa do CNPq? Enquanto escrevíamos este artigo, lembramos de um jantar com colegas economistas que afirmavam que, apesar de entenderem que doar dinheiro pode ser melhor do que bens ou comida, preferiram doar cestas básicas com medo de que os pedintes usassem o dinheiro para bebidas. No jantar, havia várias garrafas de vinho abertas. A liberdade que desejamos para nós mesmos também deveria ser estendida à quem não tem os mesmos privilégios.

*Versão mais curta dessa coluna foi publicada no jornal Estadão, 04 de Outubro, 2024